



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Bruno Henrique Beilfuss – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS;

5 Leonardo Luiz Marostica – representante titular das Centrais Elétricas de Santa Catarina
6 S.A. – CELESC;

7 Patrice Juliana Barzan – representante titular da CASAN;

8 Adriano Gelsleuchter – representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura –
9 FETAESC;

10 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros;

11 Guilherme Miranda – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos
12 – ABRH;

13 Héctor Raul Muñoz Espinosa – representante suplente da Associação Catarinense das
14 Fundações Educacionais;

15 Ricardo Marcelo de Menezes – representante titular do Fórum Catarinense dos Comitês de
16 Bacias Hidrográficas;

17 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e
18 Desenvolvimento Rural – SAR;

19 Marledo Egídio Costa – representante titular da Polícia Militar Ambiental – BPMA;

20 Ana Cristina Pinheiro do Prado – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde –
21 SES;

22 José Carlos Muller Filho – representante suplente da Secretaria de Estado da Infraestrutura –
23 SIE;

24 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
25 Sanitária e Ambiental – ABES;

26

27 OUTROS REPRESENTANTES

28 Fábio Luiz Zandonai – Secretário Executivo do CERH;

29 Mariana Noronha – SDS;

30 Marcieli B. Visentin – SDS;

31 Charles Seidel – Comitê Rio do Peixe;

32 Anderson Pace – SDS;

33 Michele Telles – SES;

34 Carlos Alberto Rockenbach – EPAGRI – Ciram.

35

36

37 INÍCIO: 09h TÉRMINO: 11:30h

38

39 Às nove horas do vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sala 4 do
40 Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, durante o XX ENCOB 2018 reuniram-se os
41 membros acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

42

43 Abertura:

44

45

- Aprovação da 48ª Ata da Reunião Ordinária do CERH;



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

46

47 **Deliberações sobre:**

48

49

- Aprovação da Resolução sobre Critérios de Outorga da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu;

51

- Aprovação da Resolução sobre Comitês de Bacia Hidrográfica;

52

- Aprovação da Resolução ad referendum que aprova a auto avaliação das metas de Gestão de Águas, ano 2017, do Sistema Estadual de Recursos, no âmbito do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO);

54

- Minuta da Moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (estruturação);

55

- Apresentação dos Mapas com as Vazões de Referência por Bacia em SC.

56

57

58

Assuntos gerais.

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Fábio Zandonai, abriu a 49ª Reunião Ordinária do CERH, iniciando pela “Aprovação da Ata 48ª da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos”, sendo questionado se algum conselheiro teria alguma consideração sobre o texto, não havendo considerações, foi aprovada a ata. O conselheiro Bruno deu início à ordem do dia, pelo item “**Minuta de Resolução sobre Critérios de Outorga da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu**”. Passada então a palavra ao Rodrigo, da UNISUL, um dos membros da equipe que realizou a parte técnica do trabalho de construção do plano, fez uma breve recapitulação do que foi feito durante o período de 02 (dois) anos. O plano foi dividido em 05 (cinco) etapas, e no final de todo processo o plano propriamente dito com as ações que devem ser executadas. Salientou que foi feito prognóstico com 03 (três) cenários diferentes até 2034 e que os principais usos na bacia do Rio Itapocu são irrigação, abastecimento público e irrigação. O conselheiro Guilherme, então, questionou quantos usuários estão cadastrados na Bacia, e também a respeito da vazão de referência Q90 utilizada no plano, que mesmo aumentando o índice de criticidade podem surgir problemas. Rodrigo não souber responder quantos usuários estão cadastrados, e quanto a segunda questão que podem surgir problemas e ainda que as bacias do Rio Itapocu e Pirai são as mais críticas. O conselheiro Héctor perguntou sobre a Q90 citada no plano, pois, do ponto de vista hidrológico para que esta recomendação faça sentido, deve ser especificado se as vazões são diárias, mensais ou anuais, coisa que não está especificada no plano. Novamente, o conselheiro Guilherme questionou se foi feita uma nova regionalização. Rodrigo respondeu que foi feita nova regionalização e que já estão disponíveis todos os relatórios no site da SDS. O conselheiro Héctor acrescentou que ficam dúvidas no trabalho. Que não houve reconstituição de descargas diárias já que em termos práticos é virtualmente impossível. E do ponto de vista hidrológico, quando se recomenda uma vazão de referência de estiagem é muito pequena e é justamente nesse período que a retirada influencia um percentual mais significativo. Ficou com dúvida quanto à recomendação da utilização da Q90 diária, que embora não esteja dita no plano como vazão de referência não é a vazão natural e se aplicada para efeitos de balanço, as retiradas serão descontadas duas vezes. O conselheiro Héctor lembrou que foi justamente pela dificuldade de reconstituir vazões naturais em nível



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

92 diário que a regionalização de vazões que a SDS utiliza é de vazões mensais, pois, neste
93 caso, embora de forma aproximada, é possível reconstituir as vazões naturais. Por fim,
94 acrescentou que não gostaria de aprovar o plano “às cegas” e se a questão já foi discutida
95 por alguma câmara técnica. Salienta que não se trata de duvidar da qualidade do trabalho,
96 mas da necessidade de esclarecer pontos importantes que geram dúvidas e que podem ter
97 sua origem na falta de explicação adequada no texto correspondente do Plano. No mesmo
98 sentido da questão anterior, o conselheiro Guilherme questionou se foi feita alguma
99 simulação para contornar a situação das bacias mais críticas com alguma obra para
100 aumentar a disponibilidade. Rodrigo disse que foi feito criticidade do déficit comparativo
101 atual e nas oficinas e reuniões foram tiradas as necessidades das bacias, para assim chegar
102 as 07 (sete) questões prioritárias; qualidade da água, disponibilidade, saneamento, áreas
103 legalmente protegidas, gestão de recursos hídricos, educação ambiental e riscos a eventos
104 hidrológicos críticos e não necessariamente nesta ordem. Para todos os temas foram feitos
105 detalhamentos das necessidades. O conselheiro Bruno, representante da SDS, esclareceu
106 aos conselheiros que tentou-se com o plano objetivar duas coisas importantes. A primeira,
107 trazer as ações que são efetivamente de uma gestão ou de uma administração mais direta da
108 área dos recursos hídricos, seja por parte dos comitês ou da SDS e municípios e não entrar
109 em um plano que agrupasse todas as questões ambientais e saneamento da bacia. Que esta é
110 uma crítica que vem sendo observada no âmbito Estadual e Nacional, onde dentro dos
111 planos de recursos hídricos se incorporam toda demanda de saneamento do município e
112 estado. Conclui que não é a política de recursos hídricos que irá solucionar esse problema,
113 uma vez que já existem políticas e tarifas próprias para esses serviços. Por fim que o plano
114 conseguiu calibrar as ações do monitoramento de qualidade e hidrológicas, planejamento da
115 bacia, estudos, aportes, ações focadas no planejamento e gestão dos recursos hídricos. O
116 total de investimentos seria nos 4 primeiros anos de 8 milhões de reais. O conselheiro
117 Magri, representante da FIESC, indagou sobre a aplicação da maioria dos recursos
118 financeiros em gestão, e a situação dos demais projetos, que ficariam inviáveis. Rodrigo
119 explicou que se referem apenas aos projetos de curto prazo. Que esta disponível no site da
120 SDS todos os relatórios detalhando as questões em análise. Bruno discorreu rapidamente
121 aos demais conselheiros sobre o disposto no relatório do plano no componente da gestão de
122 recursos hídricos, bem como as ações e valores pautados nos 04 (quatro) primeiros anos.
123 Que a gestão não é só custo operacional, indo desde os comitês até o sistema, pluviometria,
124 cobrança, enquadramento. O conselheiro Alexandre, representando a Associação de
125 Engenheiros, questionou a respeito de no grupo gestão incluir gastos relacionados a
126 monitoramento. A conselheira Ivana, representando o IMA, reforçou a importância de
127 estruturar bem a gestão para ter resultados depois, por isso estão a curto prazo. Bruno
128 informou que a médio e longo prazo foram elencadas as ações mas não os valores, só os
129 investimentos a curto prazo e que daqui a 4 (quatro) anos pretende-se fazer uma revisão do
130 plano. O conselheiro Flavio, representante da Secretaria de Planejamento, concordou na
131 aplicação dos recursos na gestão mas que as demais áreas do plano deveriam apontar as
132 ações e custos envolvidos no estruturante. Não se pode pensar somente na gestão e esquecer
133 outros pontos, pois o plano deveria apontar questões práticas e um direcionamento de
134 quanto recurso será gasto pelos demais entes, para se ter quantitativo de equacionamento do
135 problema. Rodrigo, da UNISUL informou que quando foi realizada a reunião com os
136 demais técnicos cada um tinha uma ideia, que nada foi inventado, apenas levado em conta o
137 que o comitê apresentou em oficinas como demanda, retratando a realidade local. Outra



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

138 preocupação foi nos mapas de fragilidade ambiental, onde foi pensado que as áreas urbanas
139 tinham peso significativamente maior, e após foi visto que a declividade é maior. Por fim,
140 disse novamente que esta disponível no site da SDS os relatórios. O conselheiro Magri,
141 então, perguntou qual a percepção quanto às questões referentes a mudanças climáticas em
142 médio e longo prazo, se existe alguma ação quanto a adaptação das mudanças climáticas.

143 Rodrigo explanou que dentro das ações de gestão foi colocada a ação hidro-
144 meteorológica associada para os eventos climáticos, tudo inter-relacionado. O conselheiro
145 Alexandre, então, indagou sobre o nível de participação, se os setores estavam efetivamente
146 participando das oficinas. Rodrigo respondeu que houve vários encontros entre as
147 associações, rizicultores, que na segunda etapa foi feito questionário para mapear as
148 fragilidades dos comitês e ver o que é importante na bacia, e por fim na quarta etapa a
149 realização das oficinas e a participação no último bloco nas ações. Que nas reuniões sempre
150 houve quórum, contando com participação da SAMAE, prefeitura, Empresa Águas de
151 Joinville e demais interessados. Rodrigo salientou que foi um grande desafio, porque é uma
152 bacia bem preservada, com trechos críticos com desmoronamento, declividade alta, um que
153 rio que demora um dia inteiro para correr na nascente a foz. O conselheiro Héctor salientou
154 que tem se salientado muito nos planos a participação, e quanto à participação a questão
155 principal é a qualificação de quem participa. Existem moradores que conhecem bem as
156 questões da bacia e outros que só fazem número. Também ressaltou que tem se preocupado
157 mais com a participação da sociedade do que com a parte técnica, que está sendo um pouco
158 deixada de lado. Sendo respondido pelo Rodrigo, da UNISUL, que o Plano teve a
159 participação de mais de 20 (vinte) técnicos. O conselheiro Héctor questionou sobre o
160 enquadramento, disse que parece ser a qualidade que existe hoje, sendo respondido pelo
161 Rodrigo que existem dois mapas, o enquadramento atual, pelo índice de qualidade de água
162 atual, DBO, e através de oficinas, o mapa da bacia que queremos, o que depende do plano
163 de ações e dos investimentos que serão feitos. O conselheiro Héctor questionou se é
164 possível com as cargas que entram chegar nessa bacia que queremos. A conselheira Patrice
165 questionou se foi utilizada a Resolução 91 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para
166 os critérios do enquadramento, o que foi respondido pelo conselheiro Bruno que os Termos
167 de Referência dos planos que estão sendo elaborados foram pautados como diretrizes e
168 propostas para o enquadramento, nenhum deles contempla a Resolução 91 na íntegra,
169 apenas a Bacia do Rio Itajaí que já passou pelo CERH anteriormente, e depois de aprovado
170 poderá ser replicado para as demais bacias. O conselheiro Adalto, do Fórum de Comitês,
171 pediu a palavra para que as questões estruturantes num curto prazo, para que seja levado
172 para quem está fazendo plano neste momento, sejam levadas estas considerações, pois os
173 participantes da bacia não tem este nível técnico de conhecimento, solicitando um resumo
174 destas considerações para quem está elaborando os planos, que muito viria a acrescentar e
175 que como representante do Fórum Catarinense de Bacias Hidrográficas poderia levar esta
176 informações para que mais tarde não se chegue no CERH e se constante que novamente
177 faltaram estas informações. O conselheiro Flávio salientou que como visão de um plano,
178 que não deve apenas planejar, mas ser lavado a prática, devendo ser feito um vínculo com o
179 território e com medidas imediatas, pois, a degradação, assim como a ocupação, já estão
180 acontecendo, e as coisas não são tão efetivas como devem ser. O conselheiro Alexandre,
181 então, questionou sobre a parte litorânea da bacia do Itapocu, disse que a interface entre a
182 área de aplicação de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro são tratadas de forma
183 separada e algumas regiões específicas deveriam ter outra abordagem integrada. Passando-



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

184 se agora para os planos integradores. Salientou que nas áreas costeiras existe uma vazão
185 indisponível, pois, este trecho não teria qualidade para alguns usos, e com isso questionou
186 como é avaliada a disponibilidade hídrica neste trecho litorâneo, para os usos urbanos, nesta
187 região onde tem a maior cidade do Estado, pois esta bacia vai de Joinville a Balneário
188 Camboriú. Foi respondido pelo Rodrigo, da UNISUL, que foram feitas estudos e análises
189 de qualidade através de mapas, mas que o estudo de gerenciamento costeiro não estava no
190 prognóstico. Foi então respondido pelo conselheiro Bruno que na prática não existe
191 captação na foz nos rios. Foi então, salientado pelo conselheiro Héctor, a importância da
192 integração para que as coisas aconteçam, por exemplo, que deveria ser incluído no plano
193 não os custos de saneamento, mas a recomendação de implementação do plano de
194 saneamento no município, o que implica de uma integração, o que inclui o custo de
195 articulação do Comitê para que seja integrado o Plano de Saneamento com o Plano de
196 Recursos Hídricos, assim como se recomenda para o solo o manejo adequado para o uso do
197 solo para evitar a erosão, mas não é a área de recursos hídricos que irá financiar este uso ou
198 esta fiscalização. O conselheiro Héctor, ainda sobre o Itapocu, questionou também se a
199 vazão que se recomendando a vazão outorgável 50% da Q90, que agora já sabemos ser
200 diária, está vazão seria para usos consuntivos ou total. O que foi respondido pelo Rodrigo,
201 da UNISUL, que seria do total. Foi então novamente questionado pelo conselheiro Héctor,
202 pois esse critério aparentemente conflita com a utilidade do enquadramento. O conselheiro
203 Bruno então, salientou que o cerne da discussão está sendo referente aos critérios técnicos
204 de outorga, como já foi feito na Câmara Técnica, e que ainda não foi aprovado, estando
205 acontecendo, inclusive, na data desta reunião do CERH, uma reunião com o Comitê, para
206 maiores esclarecimentos dos critérios de outorga e que apesar da importância deste assunto
207 não é pauta desta reunião, pois referente aos critérios de outorga é feita uma Resolução
208 específica. Foi concluído, então, que as questões levantadas nesta reunião, referentes aos
209 critérios de outorga, fossem tratados na ocasião da elaboração da proposta da
210 correspondente Resolução sobre critérios de outorga na bacia do Itapocú. Decidido isto e
211 continuando com as observações a respeito do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do
212 Itapocú, o conselheiro Bruno sugeriu que fosse solicitado à UNISUL para sinalizar as ações
213 de longo e médio prazo, que não estavam destacadas efetivamente no documento, mesmo
214 que não tivesse o componente custo. Foi então questionado pelo conselheiro Alexandre se a
215 água subterrânea está incluída no plano, sendo respondido pelo conselheiro Bruno que sim.
216 Questionado então pelo conselheiro Alexandre se existem critérios de outorga para águas
217 subterrâneas, foi respondido pelo Bruno que é necessário ser estudado um critério geral do
218 Estado, para se pensar numa dinâmica diferenciada, que hoje vem se trabalhando com base
219 nos testes de vazão, normalmente 70% das vazões típicas do posto. Questionado então pelo
220 conselheiro Alexandre se foram incentivadas técnicas de reuso, sendo respondido pelo
221 conselheiro Bruno que existe sim um programa para isso. O conselheiro Bruno então
222 sugeriu que seja feita recomendação a UNISUL para produzir uma Nota Técnica com
223 esclarecimentos sobre a vazão se é efetiva natural ou medida, se é base diária ou mensal,
224 assim como as ações de médio e longo prazo e que fosse aprovada a resolução neste
225 momento. O conselheiro Guilherme então, questionou se existe uma Câmara Técnica
226 específica para acompanhar a execução dos Planos de Bacias, foi então respondido pelo
227 Bruno que quanto ao Itapocu especificamente, o GAP acompanhou, e a SDS quanto a
228 questão mais formal e técnico observando-se os principais pontos do termo de referência,
229 mas quanto a representatividade, esta bacia tem uma condição até diferenciada com a
230



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

231 participação da Associação Comercial, com os técnicos e engenheiros do ramo, os
232 SAMAEs. Foi então sugerido pelo conselheiro Guilherme que se tenha uma uniformidade e
233 um nivelamento entre os planos. Foi respondido pelo então pelo conselheiro Bruno, que tem
234 se tentado manter uma certa similaridade entre eles, os planos do Antas e do Itapocu que já
235 estão concluídos neste momento, já nos remeteram a uma diretriz para os planos que estão
236 sendo contratados, como por exemplo, os grandes diagnósticos que são feitos e perde-se
237 longos meses e não sobra tempo para discutir o que realmente é importante, e isto está se
238 tentando simplificar. Fez-se então a leitura pela secretária executiva da minuta da
239 Resolução, o que foi sugerido pela conselheira Patrice que fosse incluída a data da
240 aprovação do Plano pelo Comitê da Bacia do Rio Itapocu, o que foi acatado por todos,
241 sendo então aprovada a Resolução ratificando a aprovação do Plano da Bacia do Rio
242 Itapocu pelo Comitê. Foi questionada a competência do CERH para ratificação do plano,
243 sendo apresentada pela Secretária Executiva a legislação, art. 7º - B, inciso II, da Lei n
244 9.022, de 06 de maio de 1993. Passou-se então ao próximo item da pauta **“Resolução *ad***
245 ***referendum* prorrogando a outorga de irrigação na sub-bacia do Rio Manoel Alves,**
246 **conforme solicitação do Comitê Araranguá”,** onde o conselheiro Bruno leu o pedido do
247 Comitê assim como de uma série de entidades do setor produtivo da região, basicamente
248 com a justificativa e as análises que foram então lidas através de uma Nota Técnica da
249 Diretoria de Recursos Hídricos. Bruno então disse que o processo encontra-se em fase de
250 implantação, nós já temos diversos processos em análise e alguns já outorgados, não na
251 bacia, mas que já foram processados, este é um setor que demanda grande quantidade de
252 água e um número elevado de usuários e esta foi a razão de ter se pensando em um piloto
253 do cronograma, os usuários a serem outorgados são os primeiros do Estado e foram
254 estrategicamente selecionados e pensados naquele momento por estarem em grande parte
255 ligados ao processo produtivo nas associações de irrigantes e considerando a grande
256 demanda de documentos e projetos necessários para outorga, pois, processos de algumas
257 associações significam 300 (trezentos) usuários, o que significa um colosso de papel, o que
258 é penoso para associação processar tudo isso e também para a equipe da SDS fazer esta
259 análise mas nós estamos avançando neste sentido. Considerando o encurtamento inevitável
260 do prazo estabelecido, visto que a divulgação do processo, os materiais instrutivos e as
261 reuniões com instruções dos procedimentos passados pelos técnicos da SDS se estenderam
262 até Março de 2017, considerando a solicitação do comitê dos técnicos da necessidade de
263 maior prazo para as providências previstas e considerando que está previsto na Resolução
264 um tempo (12 meses), entre a primeira etapa (da sub-bacia do Rio Manoel Alves) e a
265 segunda etapa (da bacia do Araranguá como um todo) nós entendemos que este prazo seria
266 para ajustes da metodologia, e entendemos que agora se verifica esta necessidade por um
267 ajuste maior nesta sub-bacia e também por estar o processo no seu início, e considerando
268 que até o presente momento foram protocolados 12 processos de solicitação de outorga,
269 envolvendo aproximadamente 421 rizicultores e 3.443,25 hectares. Diante disso, houve
270 uma série de articulações de governo do Estado, deputados, secretários no sentido de
271 prorrogar este prazo, e como naquele momento tinha uma reunião do conselho agendada, e
272 não foi possível realizar, o secretário entendeu por não esperar a data de hoje e fazer uma
273 Resolução *ad referendum*, mas na segurança de que a DRHI está focada neste trabalho,
274 existe uma equipe para conferência documental das áreas para que não se corra o risco de
275 trazer usuários ao processo de uma outorga única e que é para ser simplificado e que deve
276 facilitar o acesso ao crédito. Mas o setor, vive uma realidade de crise em função dos preços



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

277 e do mercado, e por isso a procura por crédito aumentou muito, e aí o impedimento junto
278 aos organismos de crédito que exigem a outorga, os colocou em uma situação de
279 irregularidade. Então, até o momento tem esta lista de pedidos, entrando mais 5 (cinco) ou 6
280 (seis) esta semana e efetivamente se espera dar uma resposta ao setor até a metade do ano,
281 pelo menos dois 8 (oito) primeiros que já estão com a análise mais avançada, inclusive com
282 um entrega lá na bacia destas outorgas. Passou-se então a palavra ao conselheiro Rogério,
283 representante da Associação dos Irrigantes e também do Comitê da Bacia do Rio
284 Araranguá, as empresas de projetos agropecuários foram a que mais sentiram a dificuldade
285 de começar uma coisa nova, o material demorou a chegar, teve pouco tempo para os
286 agricultores tomarem ciência do procedimento, o que ocorreu somente em meados de 2017,
287 então houve um represamento no processo e depois de algumas reuniões foi buscado o
288 comitê para que respaldasse porque a realidade da outorga é complicada, havendo maiores
289 dificuldades técnicas das empresas em montar os processos e não de consciência, pois a
290 Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem tem trabalhado muito para que houvesse
291 esta conscientização, existe a lei deve ser cumprida, não significa que os agricultores vão
292 atrasar ou não vão fazer a outorga, o fato é que aqueles que estão organizados em
293 associações e cooperativas de irrigação estão mais conscientizados, as próprias associações
294 e cooperativas estão encaminhando o processo, o detalhe é como a bacia é relativamente
295 extensa são os pequenos proprietários, também ainda mais distantes, que ainda não
296 processaram esta informação, mas que ainda vão chegar, aliado a crise, pois, as entidades
297 creditícias estão exigindo a outorga uma vez que os agricultores estão buscando crédito para
298 segurar um pouco o arroz com expectativa que o preço melhore, e não tem conseguido
299 porque precisaria a outorga, então em função disso tudo, se acredita que o secretário com
300 mais uma movimentação de políticos tenha se sensibilizado, que o objetivo não é realmente
301 prejudicar o agricultor, mas fazer com que aconteça a outorga. Passou-se então, a palavra à
302 conselheira Patrice, representante da CASAN, que lembrou que quando se aprovou a
303 Resolução da Outorga para irrigação foi colocado 1 (um) ano para esta bacia piloto, para
304 depois se começar a outorga para o Estado todo para o uso irrigação, porque é um fator
305 discricionário cobrar outorga somente do setor saneamento e indústria, que é praticamente o
306 que se está acontecendo, saneamento, indústria, mineração e energia elétrica, sendo que
307 mineração e energia elétrica é uso não consuntivo, estes setores estão sendo penalizados por
308 suas Agências Reguladoras por não estar conseguindo a outorga por questões
309 administrativas e burocráticas, e como representante do setor saneamento, não poderia
310 deixar de fazer esta ressalva, apesar de não se declarar contrária por conhecer a situação
311 mas precisa sair com no mínimo uma moção pedindo para que o Estado reestruture o Órgão
312 Gestor, ele está emitindo outorga e precisa se estruturar, não podendo ser discricionário o
313 critério, penalizando alguns setores de usuários enquanto outros são beneficiados, no local
314 da sub-bacia do Rio Manoel Alves está ocorrendo uma crise, um conflito de uso da água
315 que está sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal e Estadual, lá especialmente é
316 necessário sim que se faça a outorga, o conflito é entre mineração e rizicultura, é um
317 conflito sério, e o Estado não fazendo a gestão do Recurso Hídrico passa para área jurídica
318 responsabilidade de uma decisão que as vezes acaba sendo injusta. E isso acontece também
319 com conflitos de usos de outras áreas, hoje o setor saneamento e o setor energia elétrica
320 possuem alguns conflitos judiciais, e se está sendo decidido na justiça de forma injusta
321 porque não é feita a gestão de recursos hídricos no Estado, apesar de atualmente ainda não
322 existir a cobrança existe a outorga, que é um dos instrumentos, e para produção



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

323 independente de ser agrícola ou industrial, precisa ter a garantia de água, a outorga antes de
324 tudo é o instrumento que garante a água para produção, portanto, solicita que fique claro
325 que se prorroga para mais um ano mas não se pode chegar em Dezembro de 2018 e de novo
326 prorrogar de novo não se começar a emitir outorga para o setor que é o maior usuário do
327 Estado, conforme acabou de ficar confirmado com a elaboração do Plano Estadual de
328 Recursos Hídricos. Portanto, nos temos que fazer a gestão de quem usa mais água. Passou
329 então a palavra novamente para o conselheiro Rogério, que salientou que não é o setor que
330 mais polui, e acrescentou que é difícil convencer os agricultores, alguns fazem porque tem
331 consciência, mas outros perguntam o que efetivamente é a outorga, se é o direito de usar e
332 quem garante a água, a barragem do rio do salto que não saiu, ou outras barragens que
333 poderiam sair, no qual o discurso da associação é que a água não é garantida, é um bem de
334 domínio público e o governo está concedendo o direito de captar e no futuro evitar que
335 venham novos usuários para evitar os conflitos, mas concorda com a Patrice que é preciso
336 devolver isso com a política de reservação que está prevista no plano de bacia do
337 Araranguá. Passou-se então a palavra ao conselheiro Guilherme, ele salientou que a outorga
338 naquela região preocupa um pouco, porque na última vez que foi pra lá com o Renato e
339 Robson do DRHI e José Luis do CIRAM, foi vista uma situação extremamente
340 problemática com a quantidade de rizeiros, muitos associados ou cooperados, esses
341 organizados, os pequenos independentes, porém, a transposição de bacia dentro da própria
342 bacia, que foi visita para uma possível estação de monitoramento hídrico, e a questão da
343 transposição de água para outra bacia contígua, se não houver um trabalho bem detalhado, a
344 precariedade de ter um documento como a outorga vai valer do ponto de vista apenas
345 burocrático, mas não como garantia ao agricultor não vai ter essa validade. Porque a
346 complexidade que é os inúmeros canais de drenagem, uma hora serve como irrigação outra
347 hora como drenagem, a transposição de canal, e segundo informações do comitê, há época
348 do ano que o canal corre para um lado, há época que corre para o outro, então, é uma
349 questão problemática a garantia, por isso se exige um trabalho minucioso pela DRHI nesta
350 sub-bacia do Rio Manoel Alves, que é a mais crítica, e somente após pode-se avançar para
351 os demais e também a questão da regularização destas vazões, que praticamente não se tem,
352 tudo é fio d'água, sem reservação, a barragem do Rio do Salto que deveria sair, não saiu, o
353 que foi acrescentado pela conselheira Patrice, que se está em análise com pedido de LAP na
354 FATMA. Passada novamente a palavra ao conselheiro Rogério, disse que por outro lado a
355 outorga respalda os irrigantes para que se possa cobrar com maior argumentação a
356 reservação, a questão do seixo rolado que está dilapidando os rios, diminuindo os poços que
357 no Rio Manoel Alves já não existe mais, é isso que a Associação acredita e está passando
358 aos associados, para dar mais força e para ter um maior poder de argumentação. Passada
359 novamente a palavra ao conselheiro Guilherme, ele disse que a mineração do seixo rolado
360 que existe ao longo dos rios é tamanha que o agricultor faz a elevação de nível para captar
361 do canal já existente por gravidade e no ano seguinte já não existe mais e não tem como
362 captar mais a não ser que o agricultor coloque um sistema de bombeamento porque o seixo
363 rolado foi extraído e mudou toda a conformidade da calha fluvial. Além disso, o
364 conselheiro Guilherme levantou outra questão, citou que foi consultado pela Associação
365 Catarinense de Avicultura e Suinicultura, o pessoal do SINDICARNES, que trata de uma
366 economia forte do estado, aproximadamente 30% do PIB catarinense e não se tem a
367 garantia de ter água a este setor, com base no plano estadual, o setor ficou extremamente
368 preocupado. A conselheira Ivana, representante da FATMA, disse que este setor consome



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

388 muita água, tanto consumo quanto na produção de dejetos. O conselheiro Guilherme disse
389 que existem 18.000 (dezoito mil) suinocultores e avicultores (onze mil avicultores e sete mil
390 suinocultores), e existindo uma restrição deste recurso natural que eles precisam e há uma
391 tendência de concentração de produtores de suinocultores para ampliar o corte. A
392 conselheira da FATMA disse que somente no ano passado foram licenciados 6.000 (seis
393 mil) suinocultores e a grande maioria tem abastecimento complementar por poços,
394 principalmente no oeste. Tem se exigido de todos eles reservação de água pluvial o que sai
395 muito caro para os pequenos. Guilherme disse que existe uma questão sanitária por causa da
396 água da chuva, o que a Ivana respondeu que para as aves. Ivana salientou que a legislação
397 exige a reservação da água da chuva, mas o setor alegou que Guilherme disse que eles são
398 os segundos na área de prioridade e não tem um critério exclusivo, o Bruno disse que existe
399 um critério geral e eles vem sendo outorgados no mesmo critério do abastecimento, da
400 indústria, quanto é outorgável e se aquele uso está dentro das demandas reais e confiáveis.
401 A conselheira Ivana disse que eles querem uma política com critérios próprios para outorga,
402 para que tenham garantia de água, devido a importância do setor, o que foi sugerido pelo
403 conselheiro Bruno que eles tragam a este conselho uma proposta. Foi questionado pelo
404 conselheiro Alexandre em termos práticos o que mudou, ao qual foi respondido pelo
405 conselheiro Bruno que altera apenas o cronograma apenas da sub-bacia do Rio Manoel
406 Alves e o restante do cronograma permanece inalterado e continuou que, concorda com a
407 conselheira Patrice na época estabeleceu um tratamento diferenciado e que nunca antes se
408 pensou em fazer esta diferenciação em outros setores e que agora talvez possa fazer na
409 dessedentação animal uma diferenciação por portes. Salientou também que quando a DRHI
410 foi chamada pelo comitê a prorrogar, que não prorrogaria sem os pedidos de outorga já na
411 SDS, portanto não é um pedido de prorrogação sem uma ação efetiva do setor e por mais
412 que os números pareçam insignificantes, são 500 proprietários que estão solicitando a
413 outorga. Foi respondido pelo conselheiro Rogério que tem 6.600 hectares e, portanto, já se
414 tem mais de 60% da área com a outorga solicitada, salientou que o problema encontra-se
415 em quem está fora das associações e das cooperativas de irrigação, porque o projeto técnico
416 para apresentar o pedido de outorga, o usuário que tem, por exemplo, 16 (dezesesseis)
417 hectares com 3 (três) captações, as empresas de pesquisa vão cobrar R\$ 600,00 (seiscentos
418 reais) cada projeto por ponto de captação para quem tem menos de 20 (vinte) hectares, esse
419 usuário irá pagar R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) mais o emolumento da outorga que é
420 aproximadamente R\$ 900,00 (novecentos reais), totalizando aproximadamente R\$ 3.000,00
421 (três mil reais), que é um montante bastante significativo para esse agricultor que tem até 20
422 (vinte) hectares. Ressaltou que a Associação Catarinense, sindicato, FETAESC, estão
423 bastante preocupados e sabem da importância da outorga e que ela terá que acontecer, o
424 pedido de prorrogação se deve somente em função da coisa ser nova e que de modo algum
425 quiseram ter privilégios e que se compromete a fazer as outorgas, dizendo que o conselho
426 pode ficar tranquilo, explicou que a ANATEL recebeu informação da ANA para ligar as
427 bombas será necessária a outorga, fechando o ciclo para o agricultor que não terá outra
428 opção a não ser outorgar. Passada então a palavra ao conselheiro Alexandre, foi
429 questionado se com toda esta pressão dos outros setores, e já existindo conflito, se seria
430 prudente esta prorrogação do prazo. O que foi respondido pelo Bruno que se não prorrogar
431 deixaria todos os agricultores na irregularidade. O conselheiro Guilherme salientou que o
432 Estado foi omissivo por muitos anos e que esta gestão e a próxima terão uma
433 responsabilidade muito grande porque esta questão afetará toda a economia. Passada então



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

434 a palavra ao conselheiro Magri, da FIESC, ele questionou se não seria possível regularizar
435 estes agricultores com alguma coisa mais simples como um cadastro protocolado porque a
436 culpa não está com o setor produtivo, mas sim com o governo que não tem perna, não
437 podendo ele ser prejudicado pelo Estado que não está fazendo o seu papel. Foi respondido
438 pelo conselheiro Bruno que esta é a dinâmica que vinha sendo adotada, e que a
439 documentação foi simplificada para o pequeno produtor que foi dispensado do projeto
440 técnico, por exemplo, e que a complexidade de análise está nas associações porque se
441 precisa se avaliar os canais, onde estão, quais são as áreas, quem são os proprietários, onde
442 são os pontos de captação, onde está saindo, às vezes não tem a documentação aí o processo
443 vai e volta. Esta complexidade é muito maior que o do pequeno, no qual passa o rio na sua
444 propriedade, ele capta, devolve. Quem está associado tem a vantagem que o custo é diluído,
445 indo ao mínimo, salientou que não se está postergando o problema, existe um calendário a
446 seguir, a demanda é enorme por isso se propôs o cronograma que vai até 2021, mas por
447 outro lado, se imagina que pelo menos com o protocolo da outorga o proprietário cumpriu a
448 sua obrigação, não importando quando tempo o DRHI leve para analisar, ele já legalmente
449 estaria coberto. Passada a palavra ao conselheiro Adalto, ele salientou que é importante que
450 o CERH tenha sensibilidade, não podendo exigir dos irrigantes uma obrigação sendo que o
451 próprio Estado não conseguiu fazer a regulação como deveria. Novamente passada a
452 palavra ao conselheiro Bruno, ele salientou que a próxima gestão necessariamente terá que
453 trilhar o caminho da regularização destes usuários, pois vencido o período de planejamento
454 de definir diretrizes e critérios de outorga para todas as bacias, faltam apenas duas bacias
455 para serem contratados seus planos, terá que se passar a uma próxima fase de ação que é a
456 de regularizar e fazer o controle destes usos. Pois, vencida a fase de todos os comitês terem
457 as suas as entidades executivas, no próximo ano terá que ser mudado todo o perfil de
458 estruturada DRHI para que não seja mais planejamento mais de execução. Ressaltou que a
459 prorrogação dá uma certa margem mas assume o compromisso que isto deve acontecer e
460 não simplifica para um cadastro como vinha sendo feito, reconhecendo as nossas
461 limitações. O conselheiro Alexandre questionou se a prorrogação do prazo seria para
462 solicitação ou para a emissão, o que foi respondido pelo Bruno que da solicitação. O
463 conselheiro Héctor sugeriu que fosse aprovada a prorrogação pelos motivos que já foram
464 colocados, pois, o setor produtivo está fazendo a sua parte, mas que seja feita uma moção
465 dizendo que é indispensável o fortalecimento do órgão gestor e que seja desenvolvido u m
466 sistema de outorga. Bruno sugeriu que a moção seja construída a parte e apresentada na
467 próxima reunião, ficando o conselheiro Héctor como relator, também que deveria ser feita
468 uma simplificação do processo porque se perde mais tempo com questões burocráticas do
469 que com a análise técnica. Colocada então em votação, a Resolução *ad referendum* foi
470 aprovada, com abstenção do conselheiro Alexandre. Passou-se então ao próximo item da
471 pauta **“Proposta de Minuta de resolução aprovando a autoavaliação das metas de
472 Gestão de Águas, ano 2017, do Sistema Estadual de Recursos, no âmbito do Pacto
473 Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)”** no qual o conselheiro Bruno fez uma
474 breve apresentação, pois já é o terceiro ano seguido que os conselheiros fazem esta
475 autoavaliação, apresentando então, um comparativo com a evolução destas metas desde
476 2015, onde se pode verificar que houve uma penalidade com aproveitamento de 58%
477 devido ao não cumprimento da ação de Segurança de Barragem e por este motivo o
478 próximo item da pauta seria a criação de uma Câmara Técnica para que seja fechada esta
479 lacuna e com a contratação de uma consultoria para levantamento e caracterização das



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

480 barragens de uso múltiplo no Estado, e uma segunda penalidade que envolve outorga de
481 efluentes no qual a DRHI, pois ainda não temos diretrizes para este ramo e entende que
482 deve haver uma maior segurança para avaliação deste componente. Mostrou que o recurso
483 foi investido na contratação e pagamento dos bolsistas que trabalham dentro da DRHI e
484 ainda algumas despesas de compra de equipamento, e ainda tem o saldo de mais 2 (dois)
485 dois milhões, pois, o valor tem rendimentos, e que este valor será usado nos 5 (cinco)
486 editais de chamamento público para as entidades executivas, sendo 4 (quatro) pagos com
487 este recurso e um com o FEHIDRO. O recurso do PROGESTÃO deve ser usado com as
488 metas da gestão de recursos hídricos, podendo inclusive ser utilizado como apoio aos
489 Comitês. E neste ano, como não teve grandes liberações de recursos do FEHIDRO pensou-
490 se em utilizar este recurso para poder dar andamento nestes editais. O conselheiro Magri
491 sugeriu a ampla divulgação dos cursos online da ANA maior conhecimento da gestão de
492 recursos hídricos. O conselheiro Guilherme sugeriu como meta dos Comitês, sendo
493 respondido pela conselheira Patrice que já está nas metas das entidades executivas para
494 quem já firmou os contratos. O conselheiro Bruno disse que ontem esteve reunido por
495 videoconferência com a ANA e será meta do PROCOMITE onde poderá observar-se até
196 quem assistiu os cursos, e de qual região pertencem. Foi então comentado pelo conselheiro
497 Adalto que os comitês tem feito a ampla divulgação dos cursos da ANA. Mas o conselheiro
198 Magri ressaltou que deveria atingir a população como um todo, indo além dos comitês.
199 Passada então a palavra ao conselheiro Magri, sobre o programa QUALIAGUA que o
500 Estado aderiu com a ANA, que tendo um edital inicial de monitoramento de 40 (quarenta)
501 pontos ao longo da vertente do litoral para iniciar ainda este ano, perguntou se está sendo
502 feito em conjunto com o IMA, sendo respondido pelo conselheiro Bruno que a FATMA se
503 especializou mais no monitoramento de balneabilidade e diretamente nunca realizou o
504 monitoramento constante de águas superficiais. Questionado novamente pelo conselheiro
505 Magri se a SDS que faria este diagnóstico, o conselheiro Bruno respondeu que contrataria o
506 serviço, para fazer o monitoramento constante a cada 4 (quatro) meses uma análise de
507 determinado ponto. Passada então a palavra a conselheira Ivana da FATMA, ela ressaltou
508 que se tem um entendimento de que realmente é responsabilidade da Diretoria de Recursos
509 Hídricos até porque essa informação é fundamental para se praticar a outorga, tanto de
510 qualidade quanto de lançamento, então o que a FATMA colaborou foi com uma discussão
511 com relação a bacia do Itajaí para se estabelecer parâmetros, índices de qualidade, apenas
512 com o corpo técnico, mas efetivamente o monitoramento não e a gestão de recursos hídricos
513 é com a SDS. O conselheiro Bruno disse que em paralelo, o que vem se fazendo no Itajaí, a
514 equipe do professor Adílson que é um sistema não só para fazer a avaliação destes dados,
515 desta coleta sistemática, mas incorporando os dados no auto-monitoramento decorrente do
516 licenciamento, da outorga, ou de outras condicionantes. A conselheira Ivana disse que a
517 ideia é fazer um sistema público para que possa subsidiar a secretaria através dos dados
518 também do auto-monitoramento. O conselheiro Bruno ressaltou que hoje na rede oficial se
519 tem 8 (oito) pontos oficiais na bacia do Itajaí, e somente neste diagnostico inicial que a
520 equipe a FATMA e a equipe do Comitê em conjunto com o professor Adilson conseguiram
521 promover na bacia são mais de 170 (cento e setenta) pontos de auto-monitoramento que os
522 empreendedores já fazem, as companhias de água já fazem, então o nível de detalhamento
523 que se tem de 7 (sete) para 170 (cento e setenta) pontos de monitoramento a massa de dados
524 melhorou muito. A conselheira Ivana acrescentou que o projeto piloto na bacia do Itajaí é
525 muito importante também para FATMA, pois, antes do código ambiental novo do Estado



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

526 esta obrigação era da FATMA porque não existia outorga e a política de recursos hídricos,
527 mas hoje claramente atribui ao órgão gestor de recursos hídricos, mas a FATMA deve ser
528 coadjuvante nisso, se preparando para atender a demanda do estabelecimento de
529 diagnóstico e qualidade dos cursos d'água, hoje se pede um monitoramento para um
530 empreendedor pensando somente naquele ponto, e agora não vai estender a obrigação do
531 empreendedor, mas é necessário uniformizar por tipo de atividade os parâmetros, as bases e
532 as frequências e isso deve ser trabalhado em conjunto com a DRHI para que possa subsidiar
533 um banco de dados sistematizado e isso não está acontecendo hoje, que apesar de ter muitos
534 dados, mas pouco é possível utilizar sistematizando. Então será necessário a FATMA
535 também adequar as informações de auto-monitoramento para subsidiar, além dos outros
536 parâmetros necessários para o empreendimento, tendo como objetivo um banco de dados de
537 qualidade padronizado que seja utilizado pela FATMA no licenciamento e a SDS para
538 planejamento e outorga de lançamento e será complementar ao monitoramento efetuado
539 pela ANA e SDS. Ressaltou que hoje a dificuldade é o sistema que permita isso, a parte
540 intelectual está mais do que compreendida há anos, que precisa ser desenvolvido e
541 contratado, pois o SISFAT está sobrecarregado, a ideia é de que seja feita online, sem que o
542 empreendedor mande relatórios, e isso fornecerá uma grande quantidade de informação
543 para sociedade. O conselheiro Magri, acrescentou que o setor de saneamento faz a análise e
544 ele apenas quer saber a qualidade do rio que ele está captando, a indústria em muitos
545 processos de licenciamento é exigido o lançamento e a análise a montante e a jusante para
546 saber o impacto, mas questiona se isto está sendo levado em consideração no contrato com
547 a ANA. E se os reservatórios, que estão na rede da ANA, mas a ANA não conversa com o
548 IBAMA ou com a FATMA em relação a esses monitoramentos e são feitos análises
549 mensais e semestrais. O conselheiro Bruno disse que o sistema está desenvolvido, ainda
550 existe uma pendência com o CIASC para colocar no ar, mas o sistema está quase pronto e
551 poderá receber as informações dos usuários dos licenciamentos. Devendo a SDS e a
552 FATMA definir o que deve ser apresentado, devendo o sistema dos dois órgãos serem
553 integrados. Voltando às metas, o conselheiro Bruno apresentou o comparativo com os anos
554 anteriores, as variáveis de forma resumida. A conselheira Patrice perguntou se já havia sido
555 avaliada pela ANA, e o conselheiro Bruno respondeu que ainda não, a SDS tinha o prazo
556 até 31 de março para enviar esta proposta, e ainda está em tramitação, sendo avaliados os
557 critérios, e somente depois se terá conhecimento do valor que será recebido, limitado a R\$
558 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil), já se sabendo antecipadamente que uma
559 penalidade terá por causa da falta da outorga de lançamento, que hoje em dia se está
560 tentando avançar com o monitoramento, bacias com enquadramento efetivo e assim terá
561 condições de fazer esta outorga com segurança. O conselheiro Magri questionou se não se
562 poderia utilizar o licenciamento, sendo respondido pelo Bruno que na realidade hoje é
563 praticamente desta forma, avaliando pontualmente. O conselheiro Magri complementou a
564 pergunta se a licença dá a vazão e a carga poluente, do que está se lançando naquele curso
565 d'água, o que faltaria para ser outorgado. Sendo respondido pelo conselheiro Bruno que
566 falta uma análise da disponibilidade daquele trecho, ou seja, se aquela carga cabe na vazão
567 que está passando naquele trecho sem prejudicar os usos de depois, ou seja, sem
568 desenquadrar. Foi complementado pela conselheira Ivana, representante da FATMA, que de
569 certa forma, o licenciamento vem fazendo isso, assim como era feito precariamente antes de
570 existir a outorga de captação, se fazia a análise se era possível captar sem prejudicar os usos
571 a jusante, com relação ao lançamento é ate um pouco mais complexo, se verifica se atende



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

572 o limite de lançamento estabelecido para efluente e verifica também se atende a capacidade
573 de suporte do rio para receber sem alterar a sua classe, mas o que entende que o somente é
574 competência da FATMA o primeiro item, o segundo seria responsabilidade do órgão
575 responsável pela outorga, mas como não está acontecendo, como historicamente se fazia,
576 continua fazendo, o que vai acontecer é que a hora que a outorga acontecer, o IMA vai
577 cobrar da indústria ou do usuário a demonstração de que ele atende o limite de lançamento
578 de efluente e a outorga somente. Não será mais feita a análise se o lançamento vai alterar a
579 classe, se vai alterar os usos a jusante, porque apesar de fazer há muitos anos, não é um
580 órgão especializado nisso. Foi feita então a leitura da Resolução pela secretária executiva
581 Camila, que possui texto igual aos dos anos anteriores, aprovando uma autoavaliação de
582 metas. Passada a palavra ao conselheiro Guilherme, ele comunicou que o acordo de
583 cooperação técnica entre a ANA e a EPAGRI assinado no ano anterior, referente a Sala de
584 situação, expirou. Que há poucos dias teve uma videoconferência com a ANA, onde
585 ficaram estabelecidas metas para renovação do acordo, estando em fase de análise da
586 minuta, para dar continuidade a este acordo, não sabendo se irá ocorrer. O conselheiro
587 Bruno da SDS se colocou a disposição para colaborar com o cumprimento das metas. A
588 conselheira Patrice pediu a palavra e comentou que havia sido aprovado o projeto de lei no
589 Senado que tira a compensação dos FEHIDROS no Estado e passa para os municípios, a
590 compensação que era de 45% nos Estados passa a ser de 25% e a compensação dos
591 municípios que era de 25% passa a ser 65%. A conselheira Ivana disse que Associação
592 Brasileira das Entidades do Meio Ambiente está fazendo uma moção. A conselheira Patrice
593 comentou que a nível de federação todo mundo já fez e não teve jeito, os municípios vão
594 acabar ganhando porque estão precisando de dinheiro e quem perde é a gestão de recursos
594 hídricos. O conselheiro Bruno disse que deve ser uma gestão que não é uma gestão
595 financeira, um acordo, e o Presidente deve sancionar, não se opondo a esta alteração. O
596 conselheiro Magri disse provavelmente é uma questão de saber onde os recursos são
597 aplicados, este é o grande problema. O conselheiro Bruno salientou que a SDS fez uma
598 manifestação ao senador relator, foi feita uma interferência ao presidente da Comissão de
599 Meio Ambiente do Senado, o senador fez uma emenda que entendeu ser o possível na
600 época, esta perda seria de 10% condicionado que o restante fosse aplicado no Estado na
601 gestão dos recursos hídricos e meio ambiente, ou seja, vinculada, e vincularia também os
602 municípios a esta questão, o que parecia ser uma solução justa, mas não prosperou. O isto
603 nos remete a um desafio futuro, teremos que diminuir a dependência da compensação
604 financeira no Estado para gestão dos recursos hídricos, vamos partir para cobrança ou não,
605 mas esta sustentabilidade terá que ocorrer de alguma outra forma. Porque efetivamente ano
606 anterior tivemos uma arrecadação de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) e isto passaria a R\$
607 16.000.000 (dezesseis milhões), mais dívidas mais outras coisas que a Fazenda já retira das
608 receitas todas e desvincula, ficaríamos com R\$ 8.000.000 (oito milhões) o que não mantém
609 a estrutura atual, sendo necessária uma nova reestruturação. A conselheira Patrice ressaltou
610 que entende que isto é muito ruim ao setor. De volta a autoavaliação de metas, foi colocada
611 a resolução em votação, sendo aprovado por todos. Passou-se então, ao próximo item da
612 pauta **“Proposta de minuta da resolução criando a Câmara Técnica de Segurança de
613 Barragem”**, o conselheiro Bruno comentou que esta discussão iniciou-se no ano anterior na
614 Câmara Técnica de Outorga no sentido de trazer especialmente algumas entidades que não
615 fazem parte do conselho para esta discussão, como se trata de um tema complexo, novo e
616 envolve uma série de atores que não estão no CERH, especialmente no sentido de que



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

617 existe este trabalho de fazer a caracterização, esse mapeamento das barragens, e no sentido
618 de propor uma norma adicional se assim entenderem aos regramentos já expedidos pela
619 ANA, em segurança, plano de segurança, avaliações, etc. Passou-se então a palavra ao
620 técnico da DRHI Robson para discorrer sobre o levantamento, ele explicou que se levantou
621 pelo espelho d'água 71 (setenta e uma) barragens de 5 (cinco) hectares, que foi o critério
622 utilizado, a empresa começou dia 10 de abril, e vai fazer todo o levantamento destas
623 barragens, como características, grau de segurança, categorização por risco e dano potencial
624 associado, a SDS como é fiscalizadora da segurança da barragem e não da barragem, então
625 nós vamos fiscalizar se o empreendedor está fazendo todas as exigências para segurança e a
626 câmara irá discutir os critérios mínimos de segurança, a classificação das barragens. A
627 empresa, então, irá fazer este levantamento e terá 210 (duzentos e dez) dias para entregar os
628 produtos. O conselheiro Magri questionou quais as barragens incluídas, sendo respondido
629 pelo Robson que são as de múltiplos usos, mineração e industrial, excluindo as
630 hidrelétricas. A conselheira Ivana disse que pela lei da Segurança de Barragens a
631 competência pela segurança das barragens de mineração é do DNPM, da ANEEL das
632 barragens de geração de energia elétrica, dos órgãos gestores de recursos hídricos as de uso
633 múltiplo e dos órgãos de meio ambiente as barragens de resíduos que não temos em Santa
634 Catarina. Então, o que se tem feito no licenciamento é observar o plano de segurança de
635 barragem e fazendo toda esta análise, fazendo este papel complementar, pois ficou definido
636 somente em 2012, e passaria a pedir a análise do órgão responsável, seria importante nesta
637 câmara ser discutida esta interface com o órgão ambiental. O conselheiro Bruno disse que a
638 Defesa Civil entraria aqui em Santa Catarina como operador de barragens e como ator na
639 segurança. O conselheiro Guilherme questionou se as barragens de contenção de cheias
340 seriam contempladas. Sendo respondido pelo conselheiro Bruno que sim, o que foi
641 novamente questionado pelo conselheiro Bruno sobre a barragem de Concórdia. O que foi
642 respondido pelo Robson que foi um corte inicial para começar o estudo pelas maiores,
643 acreditando que esta barragem estaria incluída. A conselheira Patrice disse que nos dias 18
644 e 19 de abril terá um seminário de Política Nacional de Segurança de Barragens,
645 experiência de implementação e identificação de melhorias, em Brasília, que foi uma
646 demanda da Câmara Técnica do Conselho Nacional, que a SDS e a CASAN tem cadeira,
647 onde será revista esta legislação de segurança de barragem, podendo vir alguma novidade.
648 Foi então feita a leitura do texto da Resolução, com as sugestões de alterações feitas pelo
649 conselheiro Héctor, e alguns ajustes feitos pelos conselheiros, também foi sugerido pela
650 conselheira Patrice, para que fosse seguido o regimento, que a Câmara Técnica fosse criada
651 como temporária, e a medida que os trabalhos avancem passe a definitiva, para que
652 possamos contar com as 10 (dez) entidades que gostariam de participar da câmara. Foi
653 também ressaltado pela conselheira Patrice, que todas as entidades que virão compor a
654 câmara técnica, devem fazer parte do conselho, e também foi sugerido incluir o IMA
655 principalmente para posterior definição do fluxo entre outorga e licenciamento na questão
656 das barragens. Passou-se então, ao próximo item da pauta: **“Proposta de minuta de
657 Resolução que estabelece diretrizes gerais para a instituição e funcionamento das
658 entidades executivas que exercerão a função de secretaria executiva dos Comitês de
659 Bacia Hidrográfica, integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
660 Hídricos”**, passou-se a palavra então ao César, da DRHI, que explicou que em 2016 e em
661 2017, foram lançados editais para contratação destas instituições, sendo que 2 (duas) foram
662 contratadas em 2017, e as outras 5 (cinco) estão em fase de contratação, mas já estão



**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 24/08/2018**

663 selecionadas, o processo está concluído mas estas organizações precisam ser
664 regulamentadas a nível de CERH, então esta resolução tem o objetivo de validar este
665 processo como um todo. Cesar então fez a leitura da resolução, foi questionado pela
666 conselheira Patrice que sugeriu a exclusão do artigo 14, que diz que as secretarias
667 executivas podem vir a se tornar entidades delegatárias, que apesar de o órgão gestor
668 federal de recursos hídricos reconhecer a existência, que está dentro do PROGESTÃO e
669 estar pagando para se trabalhar com entidade executiva, acha temeroso dizer que as
670 entidades executivas podem vir a se tornar entidades delegatárias. Passada então a palavra
671 ao conselheiro Guilherme, ele levantou que esta instituição não estaria de acordo com a Lei
672 9.022/93 e, portanto, não seria integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de
673 Recursos Hídricos, o que foi então sugerido pelo conselheiro Bruno que fosse alterada a
674 definição para “órgão setorial de apoio e execução” conforme previsto no artigo 3º, V
675 daquela lei. Passou-se então a palavra ao conselheiro Adalto, representante do Fórum
676 Catarinense do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, ele pediu para
677 registrar que o estado nesta questão esta sendo pioneiro, e como pioneiro precisa do apoio
678 deste conselho porque aqueles que vivem no comitê passaram muitos anos tendo
679 dificuldade de como implementar e executar as suas atribuições, ficavam na dependência de
680 entidades sem fins lucrativo, foi discutido durante anos para se chegar nesta entidade
681 executiva, e que hoje é necessária esta regulamentação, não importa o nome que vier a
682 chamar, mas precisa que o Estado e este conselho deem o aval para que o Estado tenha um
683 mínimo de regulamento desta entidade chamada entidade executiva. O conselheiro
684 Guilherme disse que não é contra, somente está sugerindo uma melhor forma para que mais
685 tarde não venha a ser questionada quando se delegada a entidade executiva como fazendo
686 parte do sistema de recursos hídricos ou mesmo o repasse de recursos para estas instituições
687 para executar ações, estariam protegidas por uma resolução do CERH que a instituiu e por
688 isso cabe este aperfeiçoamento. Passada a palavra ao conselheiro Héctor, ele salientou que
689 definindo a instituição como órgão setorial de apoio, o problema estaria resolvido e também
690 salientou que concorda com a conselheira Patrice, devendo excluir o artigo 14 da resolução.
691 O conselheiro Bruno respondeu então que hoje se está trilhando um caminho das entidades
692 executivas imaginando que ela possa se especializar, se qualificar e em algum momento ser
693 delegatária, e sinalizar isto neste momento seria para consolidar o caminho, mas se
694 entenderem que deve ser excluído não vê problema nenhum. A conselheira Patrice ressaltou
695 que acha importante a exclusão, colocado então em votação, o artigo foi excluído. Por fim,
696 foi feita a apresentação do novo presidente do Comitê da Bacia do Rio Araranguá, que
697 aproveitou a oportunidade e agradeceu a prorrogação do calendário da outorga de irrigação,
698 então Bruno Henrique Beilfuss perguntou se teria mais algum ponto a ser discutido, não
699 sendo levantado mais nenhum assunto, agradeceu pela presença e participação ativa de
700 todos, e deu por finalizada a reunião.

701
702
703
704
705

Florianópolis, 16 de abril de 2018.

Camila de Andrade Christofoli
Secretária Executiva do CERH